

EDUCAÇÃO LIBERAL E CONFORMAÇÃO SOCIAL: DOS CATECISMOS CONSTITUCIONAIS AOS MANUAIS DE CIVILIDADE

Joaquim Pintassilgo

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Centro de Investigação em Educação

Na sequência da implantação do liberalismo em Portugal foram publicados, à semelhança do que havia acontecido em França e em Espanha, diversos catecismos políticos ou constitucionais. As reformas de ensino, ao nível da instrução primária, que se sucedem a partir de 1835 dão corpo a essa mesma preocupação, ao criarem espaços curriculares vocacionados para o ensino dos preceitos constitucionais ou dos direitos e deveres dos cidadãos. Aparenta estar-lhes subjacente a finalidade de libertar os portugueses dos preconceitos em que o absolutismo os mantinha, transformando-os no cidadão-eleitor consciente, necessário à consolidação da nova sociedade.

No entanto, não se esgota aqui a vocação socializadora do currículo liberal. Mantém-se como central a tradicional área da civilidade, com expressão pontual nos planos de estudo, mas conduzindo à proliferação de manuais escolares, os quais tinham como finalidade modelar a consciência das crianças e jovens, que frequentavam a escola primária, à luz das normas de comportamento social consideradas legítimas e, simultaneamente, integrá-los no “processo civilizacional” conduzido pela elite política e intelectual do liberalismo. Mantém-se, ao mesmo tempo, o ensino da moral e da religião católica, suportada por uma abundante produção editorial de tipo catequético, tendo em vista a socialização dos portugueses com base nos princípios religiosos tradicionais.

Pretende-se, com este texto, reflectir acerca do carácter aparentemente paradoxal das finalidades da educação liberal, ao analisar o conteúdo da componente socializadora do currículo escolar no período correspondente à monarquia constitucional portuguesa, tal como se expressa, em particular, nos catecismos constitucionais e nos manuais de civilidade, os quais constituem - juntamente com a legislação - as principais fontes deste trabalho.

1. Educação, liberalismo e cidadania

A implantação do liberalismo em Portugal transportou, para o terreno educativo, novas preocupações relativas às finalidades da escola elementar. Os novos princípios decorrentes da herança pedagógica das luzes e da experiência da Revolução Francesa foram, então, introduzidos no nosso país (Torgal & Vargues, 1984) e conduziram ao entendimento da educação como um direito do cidadão, que o Estado tem o dever de assegurar, e ao desenvolvimento de um projecto tendente à sua universalização; e se a concretização prática destes pressupostos é discutível, parece-me inegável a importância do novo olhar sobre a educação que lhes está subjacente.

Por outro lado, a consolidação do sistema público de ensino, o esforço no sentido da generalização do modelo escolar e a formalização do respectivo currículo, são tudo factores que contribuem para o reforço do papel da escola elementar como lugar privilegiado para a socialização das crianças e jovens que a frequentam. Pretende-se conduzir à sua formação nos princípios agora proclamados, mas também promover a sua integração cultural com base nas regras e formas de comportamento consideradas socialmente legítimas.

Diversos espaços curriculares vão permanecer ou ser criados no sentido da consecução das finalidades anteriormente identificadas, ou seja, em correspondência com a vontade de formar/conformar os agora considerados cidadãos. O sistema de ensino liberal vai, mesmo, conduzir ao reforço da componente formativa do currículo.

Não irei aqui debruçar-me sobre a educação moral e religiosa católica e seus catecismos - um dos elementos mais importantes dessa componente -, a qual mantém, de forma algo paradoxal, a centralidade que já assumia, dando conta de uma sociedade a atravessar um lento processo de secularização, a qual continua, ainda que com alguma tensão, a conviver naturalmente com o catolicismo.

Uma das novidades, introduzidas pelo liberalismo, tem que ver com a criação, em diversas reformas ou projectos de reforma, de um espaço curricular destinado a promover a educação política dos cidadãos, espaço esse que conhecerá diferentes designações: Breves noções da Constituição (1836), Noções de Constituição e dos Direitos e Deveres do Cidadão (1870), Direitos e Deveres do Cidadão (1878 e 1894), nem todas conhecendo uma real concretização. Aliás, a expressão curricular desta área não significa a sua materialização no quotidiano escolar e na prática pedagógica; vários são, até, os indicadores que a contradizem, tais como a inexistência de verdadeiros

manuais escolares que a apoiem, o silêncio de fontes como os relatórios de inspecção ou a ausência de referências no regulamento de 1850, o qual dá conta – para além da disciplina, da higiene, etc. - de uma grande preocupação com a educação religiosa (*Diário do Governo* nº 307 de 30 de Dezembro de 1850).

Este é um percurso que nos levará, no entanto, com a reforma de 1901, ao aparecimento das Primeiras noções de Educação Cívica e à publicação, na primeira década do novo século, de diversos manuais de educação cívica. É, na verdade, só nesta fase final da monarquia, em particular após o Ultimato, com a crescente força integradora da ideia de Estado-nação, com a gradual laicização da sociedade portuguesa e com a ascensão do republicanismo que então se verifica, que se consolida uma verdadeira ideia de educação cívica, conduzindo, também, à autonomização da moral em relação à religião e ao recuo da legitimidade curricular das regras da civilidade.

2. Os catecismos políticos ou constitucionais: “emancipar” e “integrar”

Apesar das limitações apontadas no que se refere à operacionalização, ao longo da monarquia constitucional, dum espaço curricular atinente à formação do cidadão, o início desse período assiste ao aparecimento duma importante novidade a esse respeito, mais concretamente à divulgação de um novo artefacto, ainda que não especificamente escolar: os catecismos políticos ou constitucionais. Estes catecismos tinham por objectivo expreso a instrução dos cidadãos nos preceitos constitucionais, consciencializando-os dos seus direitos e deveres; procuraremos aqui reflectir acerca do seu significado e conteúdo no quadro do liberalismo português.

Os catecismos constitucionais conheceram uma particular divulgação no período vintista, tendo sido já recenseados e estudados por I. N. Vargues (1997) os relativos a essa fase. Nas décadas seguintes continuamos a encontrá-los, ainda que com menor frequência, a par dos catecismos religiosos - certamente em muito maior número - dos catecismos morais e filosóficos, dos catecismos científicos, entre outros.

A origem grega do vocábulo prende-se com a ideia de instruir de viva voz, pela palavra falada e remete para a oralidade característica do ensino que os tem por base (Capitan Díaz, 1978). Primeiro texto escolar conhecido na cultura ocidental, segundo Bartolomé Martínez (1997: 399), a versão religiosa do catecismo, através da qual se pretendia inculcar na alma do crente as verdades teológicas fundamentais, como

complemento da predicação oral, conheceu uma utilização ao nível da longa duração (Aymes, 1990).

O aparecimento dos catecismos políticos e civis dá-se no contexto pós-revolucionário francês, em particular nos anos 1789-1799 (Capitan Díaz, 1978). A moda dos catecismos políticos chegou a Espanha no final do século XVIII - início do século XIX, destacando-se nessa fase, ainda que em sentido um pouco diferente, os catecismos associados à luta anti-napoleónica (Aymes, 1990); deles chegarão traduções a Portugal, de que é exemplo o *Catecismo civil e breve compêndio das obrigações do espanhol...* (1808). O contexto revolucionário que conduziu à publicação da Constituição de Cádiz (1812) e, em particular, o segundo momento liberal (1820-1823), assistem à proliferação de catecismos políticos, os quais têm como finalidade expressa conduzir o povo, de forma simples e prática, aos princípios da constituição. Este último é, segundo Capitan Díaz, o seu período de maturidade, em que os catecismos espanhóis se autonomizam em relação ao paradigma francês e se associam à defesa de uma monarquia constitucional, moderada e hereditária (Capitan Díaz, 1978; 1990).

Em Portugal, é também nas décadas que correspondem à implantação e consolidação do liberalismo que os catecismos políticos ou constitucionais conhecem uma maior voga como um instrumento vocacionado para a socialização dos portugueses nos novos princípios. A Constituição de 1822, no seu artigo 237, refere-se à necessidade de ensinar à mocidade portuguesa de ambos os sexos, para além do tradicional ler, escrever e contar, “o catecismo das obrigações religiosas e civis” (Debonis, 1823: 237). As Cortes vintistas chegaram a discutir – por iniciativa de M. Borges Carneiro – a necessidade de abertura de um concurso com vista à adopção de um catecismo constitucional, mas o projecto acabou por ser adiado (Fernandes, 1991: 14). O conhecido projecto de reforma da instrução da autoria de L. A. Mouzinho de Albuquerque refere-se igualmente ao mesmo assunto (Torgal & Vargues, 1984: 336-339).

Apesar de não serem manuais escolares, propriamente ditos, nem serem aprovados ou adoptados como tal, os autores dos catecismos apresentam-nos, na generalidade dos casos, como destinados à “instrução da mocidade”, para além de dedicados ao povo. É o caso da *Cartilha do cidadão constitucional*, de J. Ferreira Borges, que, após reconhecer que “a utilidade dos livros de instrução popular é de tal evidência, que hoje não admite contradição”, afirma, acerca do destinatário da obra: “é à

mocidade portuguesa que a dedicamos, é para a mocidade portuguesa que a escrevemos” (Borges, 1832).

O catecismo constitucional surge-nos assim, para jovens e adultos, como uma forma de “aprendizagem da cidadania”, nas palavras de I. N. Vargues (1997), e supõe, naturalmente, uma crença de tipo iluminista nas virtualidades da educação, tendo em vista a formação de um cidadão livre e liberto de preconceitos e a regeneração e progresso da sociedade. Para L. F. Midosi: “As luzes são aliadas inseparáveis da liberdade... A ilustração é o inimigo mais incontrastável da tirania (Midosi, 1860: 6-7). No mesmo sentido vão as afirmações do já citado Ferreira Borges: “Só o homem verdadeiramente sábio pode ser homem verdadeiramente livre” (Borges, 1832: 36). E, segundo a *Cartilha do bom cidadão*: “nenhum povo pode ser verdadeiramente livre se carecer de ilustração e boa moral” (1837: 7-8). A difusão da educação é, assim, vista como um elemento decisivo no sentido de tornar a mudança institucional não só desejada pela população como irreversível. Só através dela seria possível a construção do “homem novo” necessário à sustentação da sociedade liberal.

O conhecimento da constituição é entendida, nesse quadro, como a base da já referida aprendizagem da cidadania, à qual se atribui também uma dimensão afectiva, que a utilização do catecismo poderia potenciar, por via da articulação entre o sagrado e o profano que está subjacente ao seu percurso histórico. Na verdade, que melhor instrumento permitiria simbolizar a sacralização da nova ordem constitucional resultante da revolução liberal, conduzindo à sua consensualização no coração dos portugueses, do que um catecismo? Um dos seus autores, J. A. Nogueira, mostra-se persuadido de que “se o povo português chegar um dia a conhecer a fundo o que é a Constituição a há de amar e defender” (Nogueira, 1845: 5-6).

Os catecismos constitucionais afirmam pretender a formação do cidadão consciente dos seus direitos e deveres e, em particular, capaz de participar na vida pública, pelo menos através do voto; isto é: o cidadão–eleitor, entendido como necessário ao funcionamento e preservação da sociedade liberal. É essa a finalidade dos catecismos: “quereis aprender em poucas palavras o que se deve saber para ser bom cidadão e viver estimado de todos?” (Nogueira, 1845: 13), pergunta um dos autores aos destinatários da sua obra. Pretende-se, dessa forma, capacitar os portugueses para o sufrágio, torná-los conscientes da importância desse acto cívico. Abundantes são as afirmações que o comprovam:

“São tão importantes [as eleições] que não pode ser bom cidadão todo aquele que não quiser ir votar, porque o voto é o primeiro princípio da dignidade e o legítimo exercício da soberania dos povos... Por esse motivo devem todos os cidadãos empenhar-se em assistir às eleições... Nenhum cidadão, e menos ainda os chefes de família, devem faltar à urna” (Nogueira, 1845: 51-52)

“Portugueses! Das boas eleições que fizerdes de vossos deputados depende a vossa existência política” (Borges, 1832: 15)

Mas nem todos os portugueses podem aceder à categoria de cidadão, apesar de potencialmente esta se dirigir a todos os que, directa ou indirectamente, participam na vida da *Res Publica*. Esta só abrange os “que contribuem para as despesas do Estado ou Sociedade ou que têm certas habilitações e não estão indiciados em crimes” (Midosi, 1860: 23-24). Os catecismos encerram, pois, um princípio de exclusão, o qual se irá manter, durante bastante tempo, na vida política portuguesa, conduzindo à concretização de limitações ao exercício da cidadania, designadamente à adopção do regime censitário e à inexistência de sufrágio universal.

Apesar de alguma diversidade do género, os catecismos mais típicos são os que se limitam a resumir e enunciar – num registo muito próximo do discurso constitucional – os preceitos mais importantes das constituições em vigor aquando da sua publicação, a de 1822, em primeiro lugar, a Carta Constitucional de 1826, logo após. L. F. Midosi, por exemplo, afirma como seu propósito “escrever um livrinho que contivesse o essencial da lei fundamental” (Midosi, 1860: 5). O texto assume um pendor predominantemente descritivo, pouco propício à desejada adesão sentimental, ainda que com evidentes preocupações didácticas. Parece acreditar-se nas virtualidades formativas do próprio conhecimento constitucional, na eficácia da sua repetição e memorização.

Os princípios mais valorizados pelos catecismos são aqueles que já o são pelos próprios textos constitucionais: a liberdade, cujos limites são sempre apontados; a igualdade, no sentido de igualdade perante a lei; a segurança pessoal; a propriedade; a lei, etc. Não faltam, naturalmente, referências à divisão de poderes e respectivas funções; à organização da administração; aos impostos e à obrigação do seu pagamento, considerado um dever de todos os cidadãos; ao exército e à necessidade de defender a Pátria de armas na mão, até ao ponto de dar a vida por ela; ao ensino, remetendo para as parcas referências constitucionais a ele dedicado; e ao catolicismo e sua consideração como religião do Estado. A estrutura dos catecismos portugueses é, por exemplo, muito

semelhante à dos catecismos espanhóis (Aymes, 1990), o que sublinha a identidade de traços dentro do género.

Com o objectivo de inculcar os valores caros ao liberalismo, a opção pelo método catequético, o método da pergunta-resposta, parece ser a mais adequada, através da repetição de fórmulas simples, do apelo à sua memorização. Como confessa um dos autores: “Adoptámos o método de perguntas e respostas, por o julgarmos o mais fácil e apropriado para se decorar” (Midosi, 1860: 6). O catecismo torna-se, assim, ao remeter para a utilização de formas de comunicação oral, um importante veículo da cultura política liberal entre os meios de cultura não letrada (Vargues, 1997).

Além disso, do ponto de vista formal, os catecismos são geralmente obras de formato reduzido, com poucas páginas, maleáveis, baratos e com uma organização linear da matéria neles contida (Morales Muñoz, 1990). Como diz I. N. Vargues:

“Em conclusão, cremos ser útil salientar que os catecismos políticos... foram excelentes intermediários culturais na divulgação dos conteúdos constitucionais necessários à formação cívica e política do cidadão” (Vargues, 1997: 170)

Os catecismos políticos ou constitucionais eram, pelas suas características formais, conteúdo e apresentação didáctica excelentes instrumentos com vista à legitimação do recém-instaurado regime liberal, ao conduzir os potenciais cidadãos-eleitores à interiorização das suas inquestionáveis vantagens. Como significativamente se afirma numa das obras:

“Nos governos constitucionais o comércio generaliza-se, as manufacturas aperfeiçoam-se, os povos são felizes e sua felicidade aumenta a população e faz nascer a agricultura. Tais são os benéficos efeitos da liberdade civil” (*Catecismo constitucional segundo o espírito e a letra da Carta Constitucional...*, 1827: 14-15)

3. Os compêndios de civilidade: “civilizar” e “normalizar”

Apesar da civilidade estar apenas incluída nos planos de estudo de 1836 e 1844, aqui associada à doutrina cristã, o facto de ser precisamente na segunda metade do século XIX que se multiplicam as edições de manuais de civilidade, vários de entre eles aprovados oficialmente, dá conta da importância que essa área continua a manter, mesmo quando – como é o caso, a partir da década de 70 – não está formalmente integrada no currículo. Uma das obras mais utilizadas ao longo desse período, como os

relatórios de inspecção nos mostram, o *Manual Enciclopédico* de E. A. Monteverde, dedica, significativamente, um dos seus capítulos ao ensino da civilidade, que define da seguinte forma:

“Que é a civilidade? – É a prática de todas as atenções para com os nossos semelhantes na sociedade, evitando assim, nas palavras como nas acções, tudo quanto possa ofendê-los ou desagradar-lhes. A civilidade é o sinal distintivo de uma boa educação e dispõe logo os outros em nosso favor” (Monteverde, 1874: 210)

A civilidade surge-nos, assim, como uma espécie de código regulador da vida social, dela fazendo parte um conjunto de fórmulas que procuram regulamentar a maneira como as pessoas se relacionam entre si, em particular no que se refere à exterioridade dessas relações. Insiste-se, em concreto, na civilidade à mesa, na conversação, nos passeios, nas visitas, nas formas de tratamento, na correspondência, no vestuário, na higiene, entre outros contextos de relações sociais privilegiados pela sociedade oitocentista.

Cumpra aqui assinalar, em primeiro lugar, a vocação simultaneamente “civilizadora” e “normalizadora” assumida pela civilidade, no que é um dos mais interessantes traços de continuidade, a este nível, entre a sociedade de Antigo Regime e a nova sociedade liberal.

A elite política e intelectual liberal pretende, por um lado, e numa perspectiva tipicamente iluminista, integrar as crianças que frequentam a escola primária, maioritariamente oriundas dos meios populares, no “processo civilizacional” (Elias, 1989) por si conduzido. Está subjacente a este propósito uma vontade, relativa embora, de democratização das regras da civilidade, até aí restritas às vivências de uma “sociedade de corte”. Tem-se em vista, pelo menos potencialmente, a elevação das pessoas simples, rudes e primitivas do povo – tal como eram consideradas – à categoria de pessoas educadas, polidas ou civilizadas, condição necessária ao progresso e regeneração social.

A civilidade tem, por outro lado, como dissemos, uma função “normalizadora”. Tem por finalidade modelar a consciência das jovens gerações à luz das normas de comportamento social consideradas legítimas e como tal sistematizadas nos respectivos manuais, ou seja, desenvolver um esquema de “habitus” partilhado por todos. É esse o objectivo do vasto conjunto de prescrições e proibições que aí nos são apresentadas:

“... nunca se limpe o nariz com os dedos, mas sim com o lenço; e quando se espirra, leva-se este ao nariz... É indecente cuspir para longe e com força... tossir com estrondo e arrotar na presença de qualquer pessoa, são coisas insuportáveis” (Mello, 1870: 10-11)

Pretende-se, no fundo, erradicar do espaço público todos os comportamentos considerados inconvenientes, animalescos, bárbaros, conduzindo à aprendizagem dos modos de vida mais adequados à “civilização dos costumes” que se pretende instaurar. Procura-se controlar os corpos e, ao mesmo tempo, disciplinar as mentes. As expressões corporais são fortemente regulamentadas, racionalizadas, submetidas a “tecnologias do eu” (Foucault, 1996) capazes de impedir as suas manifestações espontâneas e desordenadas.

A civilidade é, igualmente, portadora de uma dinâmica de “distinção”, em aparente contradição, aliás, com a sua aspiração universalista. Ao mesmo tempo que se integra, diferencia-se. A preservação da coesão social parece tornar necessária a manutenção do respeito pela hierarquia tradicional, não obstante a definição constitucional da igualdade de todos perante a lei. As convencionais fórmulas associadas à civilidade, no que se refere à conversação, às formas de tratamento, etc., continuam a pressupor um espaço social desigualmente prestigiado.

“A sociedade está dividida em três grandes classes; a saber: superiores, iguais e inferiores... Devemos respeito aos superiores; afabilidade e lhaneza aos iguais; e indulgência aos inferiores” (Campos, 1868: 3-4)

As formas de sociabilidade aceites e fomentadas parecem ser atravessadas por representações e práticas socialmente discriminatórias. Cada um deve saber estar no seu lugar. Noções como as de ordem, hierarquia, respeito, obediência, são, neste contexto, consideradas essenciais, juntamente com as de decência, moderação, pudor, asseio, entre outras, tendo por finalidade a conformidade dos indivíduos para com o que é habitualmente aceite e normalmente praticado. É, por exemplo, o que se recomenda em relação ao vestuário: “Enfim, para dizer tudo em duas palavras, no vestir e trajar nunca vades contra a opinião comum” (*Compêndio de Civilidade e Urbanidade Cristã...*, 1839: 6).

Que concluir no final deste percurso? À análise comparada do significado dos catecismos constitucionais e dos manuais de civilidade aplica-se, segundo cremos, a

reflexão produzida por A. Nóvoa (1990) acerca da influência em Portugal dos pressupostos ideológico-pedagógicos da Revolução Francesa. A educação liberal encerra em si duas finalidades aparentemente contraditórias: uma vontade de libertação, de emancipação do género humano, que conduz ao projecto de formação de cidadãos livres e capazes de participarem, de forma consciente e crítica, na vida pública; uma vocação socializadora, integradora, tendente à criação de dispositivos de controlo social e cultural e de formas de legitimação da nova ordem política.

A ambivalência de que se reveste o investimento liberal na educação aplica-se, a nosso ver, ao sentido que podemos atribuir aos catecismos constitucionais, os quais podem ser interpretados, simultaneamente, como instrumentos de produção do cidadão e da nova sociedade liberal e de reprodução do quadro de valores e das regras de funcionamento da nova ordem política. Os catecismos apresentam-se, assim, ora como um utensílio adequado à emancipação dos cidadãos por via da sua consciencialização como tal, designadamente no que se refere aos seus direitos e deveres, ora como um espaço de luta política e ideológica, no qual um novo poder se procura afirmar, produzindo, para o efeito – e procedendo à sua divulgação popular -, o saber necessário à sua legitimação como tal.

Idêntica ambivalência podemos encontrar nos manuais de civildade. Se eles se propõem libertar o homem dos constrangimentos resultantes da sua vinculação à animalidade, promovê-lo da “barbárie” à “civilização”, fazem-no por via da imposição de um conjunto de regras e formas da vida social consideradas legítimas, através da “normalização” dos comportamentos.

A complexidade de sentidos anteriormente identificada alerta-nos para a necessidade de não reduzir a educação liberal nem à epopeia de um povo, guiado pelos princípios constitucionais e pela sua fé no progresso (Morales Muñoz, 1990), nem a uma mera instância de reprodução social e cultural. Libertação e integração são, aqui, verso e reverso da mesma medalha.

Referências bibliográficas:

Aymes, J.-R. (1990). Catecismos franceses de la revolución y catecismos españoles de la guerra de la independência: esbozo de comparación in Ossensbach Sauter, G. & Puelles Benítez, M. de, ed. prep. *La Revolución Francesa y su influencia en la educación en España*. Madrid:

Universidad Nacional de Educación a Distancia – Universidad Complutense de Madrid, pp. 407-436..

Bartolomé Martínez, B. (1997). El catecismo como género didáctico. Usos religiosos y laicos del modelo catequético in Escolano Benito, A., dir. *Historia ilustrada del libro escolar en España. Del Antiguo Régimen a la Segunda República*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, pp. 399-424.

Borges, J. F. (1832). *Cartilha do cidadão constitucional dedicada à mocidade portuguesa*. Londres: Impr. T. C. Hansard, Peter-Noster Row.

Campos, A. M. (1868). *Preceitos de civilidade redigidos segundo o programa estabelecido para os exames de instrução primária nos liceus do reino*. Lisboa: Tip. De Coelho & Irmão.

Capitan Díaz, A. (1978). *Los catecismos políticos en España (1808-1822). Un intento de educación política del pueblo*. Granada: Caja General de Ahorros y Monte de Piedad de Granada.

Capitan Díaz, A. (1990). Los catecismos políticos en los inicios del siglo XIX español: un intento de formación política y social del pueblo in Ossenbach Sauter, G. & Puelles Benítez, M. de, ed. prep. *La Revolución Francesa y su influencia en la educación en España*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia – Universidad Complutense de Madrid, pp. 437-449.

Cartilha do bom cidadão ou compêndio das leis eternas da natureza (1837). Lisboa: Tip. Patriótica de C. V. da Silva e Comp.^a.

Catecismo civil e breve compêndio das obrigações do espanhol, conhecimento prático da sua liberdade e explicação do seu inimigo (1808). Lisboa: Tip. Lacerdiana.

Catecismo constitucional segundo o espírito e a letra da Carta Constitucional e conforme ao governo de Portugal (1827). Lisboa: Impr. de João Nunes Esteves.

Compêndio de civilidade e urbanidade cristã para uso dos meninos (1839). Lisboa: Tip. de Rodrigues.

Debonis, A. H. (1823). *Catecismo político constitucional regulado segundo a constituição da monarquia portuguesa*, 2ª ed. Lisboa: Tip. Rollandiana.

Diário do Governo (1836-1901).

Elias, N. (1989). *O processo civilizacional*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2 vols.

Fernandes, R. (1991). A formação moral da criança portuguesa em vésperas da revolução liberal de 1820. *Revista de educação*, vol. 2, nº 1, Maio, pp. 10-15.

Foucault, M. (1996). *Tecnologias del yo*. Barcelona: Paidós.

Mello, J. C. (1870). *Compêndio de civilidade ou regras de educação civil, moral e religiosa*, 12ª ed. Lisboa: Tip. Universal de Tomás Quintino Antunes, Impressão da Casa Real.

Midosi, L. F. (1860). *Catecismo constitucional para instrução da mocidade*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Monteverde, E. A. (1874). *Manual enciclopédico para uso das escolas de instrução primária*, 10ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional.

Morales Muñoz, M. (1990). *Los catecismos en la España del siglo XIX*. Málaga: Universidad de Málaga.

Nogueira, J. A. (1845). *Catão português ou catecismo constitucional*. Lisboa: Tip. de M. J. Coelho.

Nóvoa, A. (1990). Notas sobre la influencia de la Revolución Francesa en la educación en Portugal in Ossenbach Sauter, G. & Puelles Benítez, M. de, ed. prep. *La Revolución Francesa y su influencia en la educación en España*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia – Universidad Complutense de Madrid, pp. 183-205.

Torgal, L. R. & Vargues, I. N. (1984). *A Revolução de 1820 e a instrução pública*. Porto: Paisagem Editora.

Vargues, I. N. (1997). *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra, Minerva.

